

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI 14.133/2021 E NORMATIVOS INFRALEGAIS

Secretaria Demandante:	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
Gestor responsável:	Rosangela Avanço
Descrição Resumida do Objeto:	Contratação de empresa especializada para a implantação, licenciamento e disponibilização de plataforma tecnológica de inteligência, em ambiente web e mobile
Modalidade:	Inexigibilidade
Base legal:	Art. 74, inciso I e III, da Lei no 14.133/2021
Unidade	1
Quantidade	12 meses

1- OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO PERMANENTE DA GESTÃO DO SUAS EM PLATAFORMA WEB E MOBILE CONTEMPLANDO FORMAÇÃO CONTINUADA, INFORMATIZAÇÃO E CONEXÃO ENTRE PROFISSIONAIS DO SUAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

A Secretaria Municipal de Assistência Social necessita de uma solução tecnológica especializada para apoiar a gestão, o monitoramento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerando a crescente demanda por informações qualificadas, controle dos atendimentos, acompanhamento das famílias e prestação de contas dos recursos públicos.

Atualmente, a gestão das informações socioassistenciais demanda a utilização de diversos controles administrativos, registros manuais e sistemas não integrados, o que pode gerar retrabalho, dificuldades na consolidação de dados, riscos de inconsistências nas informações, limitações no monitoramento dos serviços ofertados e maior tempo para elaboração de relatórios gerenciais e prestação de contas aos órgãos de controle.

A contratação de uma plataforma de inteligência socioassistencial visa proporcionar maior eficiência administrativa, padronização dos procedimentos, segurança das informações, integração de dados, acompanhamento sistemático dos usuários e geração de indicadores

gerenciais que subsidiem o planejamento, a tomada de decisões e o aprimoramento contínuo da política pública de assistência social.

A solução deverá possibilitar o registro e acompanhamento dos atendimentos realizados pelas unidades socioassistenciais, gerenciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, emissão de relatórios técnicos e gerenciais, armazenamento seguro das informações, apoio às atividades de monitoramento e avaliação, além de contribuir para o atendimento das exigências legais relacionadas à transparência, controle social e prestação de contas.

A contratação também se justifica pela necessidade de fortalecimento da capacidade institucional da gestão municipal do SUAS, promovendo maior agilidade nos processos de trabalho, redução de falhas operacionais, melhoria da qualidade dos dados produzidos e ampliação da capacidade de planejamento e acompanhamento das ações voltadas à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Dessa forma, a disponibilização de uma plataforma especializada de inteligência socioassistencial constitui medida necessária para modernizar a gestão da política pública de assistência social, assegurar maior eficiência na utilização dos recursos públicos e qualificar os serviços prestados aos usuários da rede socioassistencial do Município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

A solução consiste na contratação de licença de uso de plataforma tecnológica especializada em inteligência socioassistencial, destinada ao gerenciamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A plataforma deverá disponibilizar ambiente informatizado para registro, armazenamento, processamento e gerenciamento das informações relacionadas aos usuários, famílias, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executados pelo Município, possibilitando maior integração dos dados, padronização dos procedimentos e qualificação dos processos de trabalho.

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- Cadastro e acompanhamento de famílias e indivíduos atendidos pela rede socioassistencial;
- Registro dos atendimentos realizados pelos equipamentos da Assistência Social;
- Gerenciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- Controle e monitoramento das ações desenvolvidas pelas unidades socioassistenciais;
- Emissão de relatórios técnicos, gerenciais e estatísticos;
- Geração de indicadores para apoio ao planejamento, monitoramento e tomada de decisão;
- Compartilhamento seguro de informações entre os setores autorizados;

- Armazenamento seguro dos dados, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;
- Ferramentas de apoio à prestação de contas e atendimento às exigências dos órgãos de controle;
- Atualizações, manutenção corretiva e evolutiva da plataforma durante toda a vigência contratual;
- Suporte técnico e capacitação dos usuários indicados pela Administração.

A solução deverá ser disponibilizada em ambiente web, com acesso mediante autenticação de usuários, permitindo a utilização pelos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e unidades vinculadas, sem necessidade de aquisição de infraestrutura própria de servidores pelo Município.

Espera-se, com a implantação da solução, o fortalecimento da gestão do SUAS, a melhoria da qualidade das informações produzidas, a redução de retrabalho, o aumento da eficiência administrativa, a ampliação da capacidade de monitoramento dos serviços ofertados e o aprimoramento do atendimento prestado à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Dessa forma, a contratação da plataforma de inteligência socioassistencial apresenta-se como solução adequada, suficiente e necessária para atender integralmente à necessidade administrativa identificada, proporcionando ganhos de eficiência, transparência, controle e qualidade na execução da Política Municipal de Assistência Social.

3.4. A aquisição será realizada por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei no 14.133/2021, sendo selecionada a empresa JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA (CNPJ no 08.582.479/0001-23), considerando tratar-se de empresa em conjunto com a Universidade Federal de Viçosa-UFV (CNPJ n.o 25.944.455/0001-96), sendo as únicas desenvolvedoras e detentoras dos direitos autorais e de comercialização em todo território nacional do programa para computador GESUAS – SOFTWARE PARA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, e que a empresa em epígrafe é a única autorizada a prestar serviços relativos a esse programa de implantação, manutenção, atualização e suporte.

3.4.1. Para tanto, além da documentação padrão para habilitação do fornecedor, faz-se necessária a apresentação da Certidão de Exclusividade emitida pela ABES – Associação Brasileira das Empresas de Software, para satisfação acerca do enquadramento na hipótese legal adotada para a aquisição.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução a ser contratada deverá consistir em plataforma tecnológica especializada para apoio à gestão, monitoramento, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, contemplando

funcionalidades que permitam maior eficiência administrativa, segurança das informações, padronização dos processos de trabalho e qualificação dos serviços prestados à população.

4.1 - REQUISITOS FUNCIONAIS

A solução deverá possibilitar, no mínimo:

- Cadastro, registro e acompanhamento de indivíduos, famílias e grupos familiares atendidos pela rede socioassistencial;
- Registro detalhado dos atendimentos, visitas domiciliares, encaminhamentos, acompanhamentos e demais ações técnicas realizadas pelas equipes;
- Gestão e acompanhamento de planos de acompanhamento familiar e individual;
- Controle e monitoramento dos benefícios socioassistenciais, programas, projetos e serviços ofertados pelo Município;
- Registro e acompanhamento de situações de vulnerabilidade e risco social;
- Gestão integrada dos serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- Controle de demandas, encaminhamentos e evolução dos atendimentos;
- Emissão de relatórios técnicos, gerenciais, operacionais e estatísticos;
- Geração de indicadores e painéis gerenciais para subsidiar a Vigilância Socioassistencial, o planejamento e a tomada de decisões;
- Organização, sistematização e armazenamento das informações socioassistenciais em base única e integrada;
- Apoio às atividades de monitoramento, avaliação e prestação de contas dos serviços executados.

4.2 - REQUISITOS TÉCNICOS

A solução deverá:

- Ser disponibilizada em ambiente web, com acesso por meio de navegadores de internet, sem necessidade de instalação local;
- Possuir compatibilidade com computadores, notebooks, tablets e dispositivos móveis;
- Permitir acesso simultâneo por múltiplos usuários;
- Disponibilizar controle de acesso mediante perfis e níveis de permissão previamente definidos pela Administração;
- Garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações armazenadas;
- Atender às disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- Possuir mecanismos de backup, recuperação de dados e contingência operacional;
- Disponibilizar atualizações corretivas, legais e evolutivas durante toda a vigência contratual, sem interrupção significativa dos serviços;
- Possuir ambiente seguro para armazenamento e processamento dos dados.

4.3 - REQUISITOS DE INTEGRAÇÃO E INTEROPERABILIDADE

A solução deverá possibilitar:

- Importação e atualização de bases de dados utilizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Integração ou interoperabilidade com sistemas, bases de dados e instrumentos utilizados no âmbito do SUAS, quando tecnicamente viável;
- Importação de informações provenientes do Cadastro Único e de outros sistemas governamentais disponibilizados para consulta e integração;
- Exportação de dados e relatórios em formatos compatíveis com ferramentas de gestão e controle.

4.4 - REQUISITOS OPERACIONAIS

A contratação deverá contemplar:

- Implantação completa da solução;
- Configuração, parametrização e adequação inicial conforme as necessidades da Administração Municipal;
- Migração ou importação de dados existentes, quando aplicável;
- Disponibilização de manuais, materiais de apoio e orientações de utilização;
- Suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual;
- Atendimento para correção de falhas, esclarecimento de dúvidas e suporte aos usuários;
- Atualizações periódicas da plataforma sem custos adicionais para a Administração, quando relacionadas à manutenção da solução contratada.

4.5 - REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE

A contratada deverá disponibilizar mecanismos de capacitação e atualização dos usuários, contemplando:

- Treinamento inicial para utilização da plataforma;
- Capacitações periódicas para aperfeiçoamento do uso das funcionalidades disponíveis;
- Conteúdos técnicos, normativos e operacionais relacionados à Política de Assistência Social e à gestão do SUAS;
- Materiais de apoio, tutoriais e orientações técnicas;
- Atualização contínua dos profissionais quanto às alterações normativas e boas práticas aplicáveis à gestão socioassistencial.

4.6 - REQUISITOS DE SUPORTE E MANUTENÇÃO

A contratada deverá garantir:

- Atendimento técnico remoto durante o período contratual;
- Correção de inconsistências e falhas identificadas na utilização da plataforma;
- Monitoramento da disponibilidade da solução;
- Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva dos recursos disponibilizados;

- Continuidade operacional dos serviços contratados durante toda a vigência do contrato.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

A execução do objeto ocorrerá mediante a disponibilização de licença de uso de plataforma tecnológica especializada para gestão da Política Municipal de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, incluindo implantação, parametrização, suporte técnico, manutenção, atualização e capacitação dos usuários.

5.1 Implantação da Solução : A contratada deverá realizar a implantação da plataforma em ambiente web, compreendendo:

- Levantamento das necessidades e alinhamento inicial com a equipe gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Parametrização e configuração da solução conforme as demandas operacionais da Administração;
- Criação dos perfis de acesso e definição dos níveis de permissão dos usuários;
- Migração, importação ou cadastramento inicial das informações necessárias para início da operação;
- Testes de funcionamento e validação pela equipe responsável.

5.2 Disponibilização da Plataforma: A plataforma deverá permanecer disponível durante toda a vigência contratual, mediante acesso remoto pela internet, garantindo:

- Disponibilidade adequada para utilização pelos usuários autorizados;
- Acesso simultâneo por múltiplos usuários;
- Segurança, integridade e confidencialidade das informações armazenadas;
- Atualizações necessárias para manutenção da funcionalidade da solução.

5.3 Capacitação dos Usuários: A contratada deverá promover treinamento inicial destinado aos servidores indicados pela Administração, contemplando:

- Utilização das funcionalidades da plataforma;
- Procedimentos operacionais de registro e acompanhamento dos atendimentos;
- Emissão de relatórios e utilização das ferramentas gerenciais;
- Orientações sobre boas práticas de utilização da solução.

Sempre que houver atualizações relevantes na plataforma, a contratada deverá disponibilizar orientações complementares aos usuários.

5.4 Suporte Técnico: A contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência contratual, por meio de canais eletrônicos, telefônicos ou plataforma própria de atendimento, para:

- Esclarecimento de dúvidas operacionais;
- Correção de falhas e inconsistências;
- Apoio na utilização das funcionalidades;

- Atendimento de solicitações relacionadas ao funcionamento da solução.

5.5 Atualizações e Manutenção: A contratada deverá realizar as manutenções corretivas, preventivas e evolutivas necessárias ao adequado funcionamento da plataforma, incluindo:

- Correção de erros identificados;
- Atualizações decorrentes de alterações legais e normativas relacionadas ao SUAS;
- Melhorias de desempenho e segurança;
- Adequações tecnológicas necessárias para continuidade da prestação dos serviços.

5.6 Fiscalização da Execução: A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, que verificará o cumprimento das obrigações contratuais, a disponibilidade da plataforma, a qualidade dos serviços prestados e o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.7 Recebimento dos Serviços: Os serviços serão considerados executados mediante a efetiva disponibilização da plataforma, manutenção de suas funcionalidades, prestação do suporte técnico contratado e atendimento das demais obrigações previstas no contrato e no Termo de Referência.

O pagamento será realizado de forma mensal, após a comprovação da execução dos serviços e emissão do respectivo documento fiscal, devidamente atestado pelo fiscal do contrato.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com os artigos 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, a adequada execução do objeto e o atendimento do interesse público.

6.1 Gestão do Contrato: A Administração designará servidor ou comissão responsável pela gestão do contrato, competindo-lhe:

- Coordenar o acompanhamento da execução contratual;
- Adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- Promover a interlocução entre a Administração e a contratada;
- Controlar os prazos de execução e vigência contratual;
- Solicitar providências e correções quando identificadas irregularidades na execução dos serviços;
- Autorizar, quando cabível, a realização dos procedimentos necessários à continuidade da execução contratual;
- Elaborar registros e relatórios referentes ao acompanhamento do contrato.

6.2 Fiscalização do Contrato: A Administração designará fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, cabendo-lhe:

- Verificar a disponibilidade e o funcionamento da plataforma contratada;

- Acompanhar a prestação dos serviços de suporte técnico, manutenção e atualização da solução;
- Conferir o cumprimento dos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos no Termo de Referência;
- Registrar ocorrências, falhas, inconsistências ou descumprimentos contratuais;
- Solicitar correções e adequações necessárias à contratada;
- Emitir atesto da execução dos serviços para fins de pagamento.

6.3 Comunicação entre as Partes: As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por meio eletrônico, mediante e-mail institucional, sistema de chamados, plataforma de atendimento ou outro meio formal que permita o registro e rastreabilidade das solicitações, orientações e ocorrências relacionadas à execução contratual.

6.4 Avaliação da Execução: A execução dos serviços será avaliada continuamente, considerando, entre outros aspectos:

- Disponibilidade e estabilidade da plataforma;
- Qualidade dos serviços prestados;
- Atendimento aos requisitos funcionais e técnicos estabelecidos;
- Eficiência do suporte técnico disponibilizado;
- Cumprimento dos prazos de atendimento e resolução de demandas;
- Atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

6.5 Recebimento e Atestação dos Serviços: O recebimento dos serviços ocorrerá de forma mensal, mediante verificação do regular funcionamento da plataforma, da prestação dos serviços de suporte, manutenção e atualização contratados.

Após a conferência da execução contratual pelo fiscal designado, será emitido o respectivo atesto para fins de liquidação e pagamento da despesa.

6.6 Aplicação de Penalidades: O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.7 Alterações Contratuais: Eventuais alterações contratuais observarão as hipóteses e limites previstos nos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

6.8 Encerramento do Contrato: Ao término da vigência contratual, a contratada deverá assegurar à Administração o acesso e a disponibilização dos dados e informações armazenadas na plataforma, em formato que permita sua utilização futura, observadas as normas de proteção de dados e as disposições contratuais aplicáveis.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Medição dos Serviços: A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante verificação da efetiva disponibilização e funcionamento da plataforma tecnológica contratada, bem como da prestação dos serviços de suporte técnico, manutenção e atualização.

Para fins de medição, serão observados, no mínimo, os seguintes critérios:

- Disponibilidade da plataforma para acesso e utilização pelos usuários autorizados;
- Funcionamento regular das funcionalidades contratadas;
- Prestação dos serviços de suporte técnico quando demandados;
- Realização das atualizações, manutenções e correções necessárias ao adequado funcionamento da solução;
- Cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada.

A fiscalização do contrato registrará eventuais ocorrências, falhas ou indisponibilidades que possam impactar a execução dos serviços.

7.2 Recebimento dos Serviços: Os serviços serão recebidos mediante verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no contrato. O recebimento definitivo ocorrerá após a confirmação, pelo fiscal do contrato, de que os serviços foram prestados de forma satisfatória durante o período de referência da medição.

7.3 Condições de Pagamento: O pagamento será realizado mensalmente, de forma proporcional aos serviços efetivamente disponibilizados e executados, após:

- Apresentação da Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente;
- Comprovação da regular execução dos serviços contratados;
- Emissão do atesto pelo fiscal do contrato;
- Verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando exigida pela legislação vigente.

O pagamento será efetuado pela Contratante em até 30 (trinta) dias contados da liquidação da despesa, mediante depósito ou transferência bancária em conta indicada pela contratada.

7.4 Glosas e Descontos: Poderão ser aplicadas glosas, descontos ou retenções proporcionais nos pagamentos quando constatadas falhas na execução dos serviços, indisponibilidade injustificada da plataforma, descumprimento dos níveis mínimos de atendimento ou qualquer outra situação que comprometa a adequada prestação do objeto contratado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.5 Reajustamento: Os preços contratados poderão ser reajustados após decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado da contratação, observada a legislação vigente e o índice estabelecido no instrumento contratual.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação decorrente de obrigação contratual não cumprida, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

A Administração poderá promover as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, quando cabíveis.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio do procedimento de contratação previsto na Lei nº 14.133/2021, observando-se a modalidade e o critério de julgamento compatíveis com a natureza do objeto e a fundamentação constante do processo administrativo.

Considerando tratar-se de contratação de solução tecnológica especializada para gestão da Política de Assistência Social, a Administração adotará o procedimento legalmente cabível, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

8.1 - Critério de Julgamento: O critério de julgamento será o de menor preço, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, funcionais e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo:

- Licenciamento da plataforma;
- Implantação e parametrização da solução;
- Migração ou importação de dados, quando aplicável;
- Capacitação e treinamento dos usuários;
- Suporte técnico;
- Manutenção corretiva, preventiva e evolutiva;
- Atualizações da plataforma;
- Tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas incidentes.

8.3 Critérios de Habilitação: A empresa deverá comprovar sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

Habilitação Jurídica

A licitante deverá apresentar os documentos que comprovem sua existência legal e capacidade para exercer atividade compatível com o objeto da contratação.

Regularidade Fiscal e Trabalhista

A licitante deverá comprovar regularidade perante:

- Fazenda Federal;
- Fazenda Estadual;
- Fazenda Municipal;
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Justiça do Trabalho.

Qualificação Econômico-Financeira

Poderão ser exigidos os documentos previstos na legislação vigente para comprovação da capacidade econômico-financeira da licitante.

Qualificação Técnica

A licitante deverá demonstrar aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na disponibilização, implantação, suporte ou manutenção de sistemas informatizados ou plataformas tecnológicas voltadas à gestão pública, assistência social ou áreas correlatas.

A solução ofertada deverá atender integralmente aos requisitos técnicos, funcionais, operacionais e de segurança estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo:

- Funcionamento em ambiente web;
- Controle de acesso por perfis de usuários;
- Segurança e proteção dos dados;
- Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Disponibilização de suporte técnico e atualizações;
- Compatibilidade com os processos de gestão da Política de Assistência Social e do SUAS.

8.5 Condição para Contratação: Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço e comprovar o atendimento integral das exigências de habilitação e dos requisitos técnicos estabelecidos para a execução do objeto, garantindo à Administração a seleção da proposta mais vantajosa para o atendimento da necessidade pública

9 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor total da contratação é de aproximadamente R\$ 16.900,00 (dezesesseis mil e novecentos reais), tendo como base os valores praticados em contratações anteriores realizadas pela Administração, bem como pesquisas de mercado e parâmetros compatíveis com o objeto pretendido. Tal estimativa tem por finalidade subsidiar o planejamento da contratação e a reserva dos recursos orçamentários necessários, podendo ser ajustada após a realização da pesquisa de preços e demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação da licença de uso de plataforma de inteligência socioassistencial para apoio à gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS serão oneradas pelas dotações orçamentárias destinadas à manutenção das atividades administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social, constantes do orçamento vigente.

A Administração Municipal assegurará a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação durante toda a sua vigência, observando as normas de responsabilidade fiscal e planejamento orçamentário.

A contratação ficará condicionada à existência de saldo orçamentário suficiente e à emissão da respectiva Nota de Empenho, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 101/2000 e demais disposições legais aplicáveis

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras previstas no Termo de Referência, na proposta apresentada e na legislação aplicável:

I – Disponibilizar a plataforma tecnológica objeto da contratação em pleno funcionamento durante toda a vigência contratual;

II – Realizar a implantação, configuração, parametrização e disponibilização da solução de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social;

III – Disponibilizar acesso à plataforma aos usuários indicados pela Contratante, observados os perfis e níveis de permissão definidos pela Administração;

IV – Garantir a segurança, integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações armazenadas na plataforma;

V – Cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), responsabilizando-se pela proteção dos dados pessoais tratados em razão da execução contratual;

VI – Disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência do contrato, por meio de canais de atendimento adequados, visando solucionar dúvidas, falhas e demais ocorrências relacionadas ao funcionamento da plataforma;

VII – Realizar manutenções preventivas, corretivas, adaptativas e evolutivas necessárias ao adequado funcionamento da solução contratada;

VIII – Disponibilizar atualizações da plataforma decorrentes de melhorias tecnológicas, correções de falhas e adequações legais ou normativas relacionadas à Política de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

IX – Promover treinamento inicial dos usuários indicados pela Contratante, bem como disponibilizar materiais de apoio e orientações para utilização da plataforma;

X – Disponibilizar conteúdos de capacitação, atualização técnica e aperfeiçoamento profissional relacionados à gestão da Política de Assistência Social, quando previstos no objeto contratado;

XI – Manter equipe técnica qualificada para atendimento das demandas decorrentes da execução contratual;

XII – Comunicar imediatamente à Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer a continuidade dos serviços ou a segurança das informações;

- XIII – Efetuar rotinas de backup e recuperação de dados, assegurando a preservação das informações armazenadas na plataforma;
- XIV – Não interromper a prestação dos serviços sem prévia autorização da Contratante, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado;
- XV – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- XVI – Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução do contrato;
- XVII – Fornecer à Contratante, sempre que solicitado, informações, relatórios e esclarecimentos relacionados à execução contratual;
- XVIII – Garantir a exportação e disponibilização dos dados e informações armazenadas na plataforma ao término do contrato, em formato acessível e utilizável pela Administração, sem prejuízo da continuidade dos serviços públicos;
- XIX – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, qualquer falha ou defeito identificado na execução do objeto;
- XX – Cumprir todas as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras previstas no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável:

- I – Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa executar o objeto contratual de forma adequada e eficiente;
- II – Disponibilizar à Contratada as informações, documentos e dados necessários à implantação e operacionalização da plataforma, observadas as normas de segurança da informação e proteção de dados;
- III – Indicar os servidores responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e gestão do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- IV – Designar os usuários que terão acesso à plataforma, definindo perfis e níveis de permissão conforme as necessidades da Administração;
- V – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, comunicando à Contratada eventuais falhas, irregularidades ou necessidades de adequação dos serviços prestados;
- VI – Receber, analisar e manifestar-se sobre solicitações, comunicações e relatórios encaminhados pela Contratada;
- VII – Atestar a execução dos serviços quando constatado o cumprimento das obrigações contratuais e das condições estabelecidas no Termo de Referência;

VIII – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nos prazos e condições previstos no contrato, após a regular liquidação da despesa;

IX – Comunicar formalmente à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto que exijam providências corretivas;

X – Zelar pela adequada utilização da plataforma pelos usuários autorizados, observando as orientações técnicas fornecidas pela Contratada;

XI – Garantir que os usuários da plataforma participem das capacitações e treinamentos disponibilizados, quando necessários à correta utilização da solução;

XII – Informar à Contratada alterações que possam impactar a execução dos serviços, incluindo mudanças de procedimentos, estrutura administrativa ou responsáveis pela operação da plataforma;

XIII – Preservar a confidencialidade das credenciais de acesso disponibilizadas aos seus usuários, responsabilizando-se pelo uso adequado dos acessos concedidos;

XIV – Aplicar as penalidades cabíveis, quando constatado descumprimento contratual, observando o contraditório e a ampla defesa;

XV – Cumprir as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

Parágrafo único. A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto contratual, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades verificadas durante a execução dos serviços

13 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou a contratada que cometer as infrações previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14 – SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

Nos termos do art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise dos possíveis impactos ambientais relacionados à presente contratação.

15 – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

18- CONCLUSÃO TÉCNICA

Após a análise da necessidade administrativa, do levantamento de mercado, das alternativas disponíveis e dos requisitos necessários para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, conclui-se que a contratação de plataforma tecnológica especializada em inteligência socioassistencial mostra-se tecnicamente viável, necessária e adequada ao interesse público.

A solução permitirá o aprimoramento da gestão da Política Municipal de Assistência Social, proporcionando maior eficiência nos processos de trabalho, integração das informações, segurança dos dados, monitoramento dos atendimentos, geração de indicadores gerenciais e apoio à tomada de decisões, contribuindo para a qualificação dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Verificou-se que a adoção de solução especializada apresenta melhor relação entre custo e benefício quando comparada às alternativas analisadas, especialmente em razão da disponibilidade imediata da ferramenta, da redução de retrabalho, da melhoria na gestão das informações e do suporte técnico contínuo oferecido durante a vigência contratual.

Dessa forma, considerando a necessidade identificada, os benefícios esperados, a viabilidade técnica da solução e a existência de recursos orçamentários para sua execução, conclui-se pela adequação da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento dos procedimentos necessários para a formalização da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A contratação contribuirá para o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, promovendo maior eficiência administrativa, transparência, controle, planejamento e qualidade na execução das ações socioassistenciais desenvolvidas pelo Município.

TARUMÃ, 15 DE JUNHO DE 2026

Edna Cristina da Silva
Supervisora de Programas
Prefeitura Municipal de Tarumã